

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.017 - MS (2019/0219501-3)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE : FLAVIO PROENÇA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por **FLÁVIO PROENÇA DE OLIVEIRA** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sustenta a defesa, nas razões do recurso especial, negativa de vigência aos artigos 33 e 59 do Código Penal.

Insurge-se com a imposição do regime inicial fechado.

Aduz que estão presentes os requisitos para a fixação do regime inicial semiaberto, ao argumento de que a pena fixada foi de 2 anos e 6 meses de reclusão e, inobstante a reincidência do recorrente, foi considerada como desfavorável apenas uma circunstância judicial.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 47-52).

O recurso não foi admitido. Daí este agravo (e-STJ, fls. 1-15).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo, ou, caso superada essa fase, pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ, fls. 287-291).

**É o relatório.**

Decido.

O Tribunal de origem fixou o regime inicial fechado, nos seguintes termos:

“A acusação, por fim, requer seja fixado como início de regime para cumprimento da pena do sentenciado Flávio Proença de Oliveira o regime fechado, por se tratar de réu reincidente e portador de maus antecedentes, conforme valorações desfavoráveis nas duas primeiras fases de sua reprimenda.

Com razão, o regime inicial semiaberto imposto em sentença não é o mais adequado ao caso em análise.

Isso porque o regime prisional inicial não está vinculado única e exclusivamente ao quantum de pena definitivamente estabelecido no caso concreto, cabendo ao julgador, à luz do artigo 33, § 3º, combinado com o artigo 59, ambos do Código Penal, fazer tal apreciação.

Tratando-se de acusado reincidente e detentor de maus antecedentes, malgrado a reprimenda tenha sido estabelecida em patamar inferior a 04 (quatro) anos, mostra-se que o regime inicial adotado pelo sentenciante é insuficiente à finalidade da sanção penal, devendo, neste ponto, ser readequado para o mais gravoso.

Mister lembrar que a Súmula n.º 269 do Superior Tribunal de Justiça enuncia ser admissível a adoção do regime prisional semiaberto aos

reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos se favoráveis as circunstâncias judiciais.

[...]

Modifico, portanto, o regime inicial para cumprimento da pena para o fechado, diante da reincidência e da vetorial negativa, nos termos do art. 33, §3º, do Código Penal, em consonância com a pacífica jurisprudência a qual trilha esta Corte” (e-STJ, fls. 268-269).

Observa-se que o recorrente foi condenado a pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, em regime fechado para cumprimento inicial da pena, que foi devidamente fundamentado consoante dispõe o art. 33, e parágrafos, do Código Penal e a Súmula 269/STJ, não havendo, portanto, qualquer desproporcionalidade na imposição do meio inicialmente mais gravoso para o desconto da reprimenda, pois, nada obstante ser a pena inferior a 4 (quatro) anos de reclusão, a circunstância judicial desfavorável do art. 59 do Código Penal (maus antecedentes) implicou majoração da pena-base, tendo, ainda, sido reconhecida a sua reincidência.

A propósito:

"[...]

1. Não se presta o recurso especial à revisão da dosimetria da pena estabelecida pelas instâncias ordinárias. Admite-se, contudo, o reexame quando configurada manifesta violação dos critérios dos arts. 59 e 68 do CP, sob o aspecto da legalidade, nas hipóteses de falta ou evidente deficiência de fundamentação ou ainda de erro de técnica.

2. Mostra-se válido o aumento da pena-base em 6 meses acima do mínimo legal, ao fundamento de que o réu se encontrava cumprindo pena em regime semiaberto quando da prática do delito.

3. Admite-se a fixação de regime prisional fechado ao réu reincidente, condenado à pena inferior a 4 anos, se a pena-base é estabelecida acima do mínimo legal.

4. Agravo regimental improvido."

(AgRg no REsp 1.558.372/SP, Min. Rel. NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 16/06/2016).

"[...]

1. Recurso especial interposto fora do prazo legal.

2. Inocorrência de nulidade flagrante, hábil a autorizar a concessão de *habeas corpus* de ofício, o que somente é possível em casos excepcionais, quando a ilegalidade se mostra *primo oculi*. No caso, a imposição do regime fechado ao apenado, ainda que a pena seja menor que quatro anos, decorreu da presença de circunstâncias judiciais negativas e da reincidência, sendo inaplicável a Súmula 269 do STJ.

3. Alegação de insignificância do delito não conhecida, uma vez que a matéria não chegou sequer a ser discutida pelo Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg nos EDcl no AREsp 648.240/SC, Min. Rel. GURGEL DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

FARIA, QUINTA TURMA, DJe 17/03/2016).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator